



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000518-34.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 5ª Vara Cível do Foro Central da comarca Capital

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 16/2016 – CGJ

Período da correição: 16-5-2016 a 18-7-2016.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epígrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Capital – Foro Central

Unidade: 5ª Vara Cível

Municípios integrantes: Florianópolis

Juiz titular: Daniela Vieira Soares

Chefe de cartório: Antônio Carlos Filomeno Machado

Última correição por equipe da CGJ/SC: (9-9-2013 a 22-10-2013 – Autos n. 0012145-40.2013.8.24.0600).

Competência: CDOJSC – "Art. 107 – Na Capital, os feitos da competência das varas cíveis e criminais serão distribuídos entre os respectivos juízes, cabendo, privativamente, ao da 1ª Vara Cível, os inventários entre maiores, ao da 2ª Vara Cível, as atribuições do art. 95, exceto as ações de usucapião que serão distribuídas às 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas, ao da 1ª Vara Criminal, a presidência do Tribunal do Júri, cumprindo-lhe também o processamento dos feitos próprios (alterado pelo art. 21 da lei n. 6899, de 5 de dezembro de 1986)."

Em dez/08 a Resolução 47/2008 determinou que a competência para as ações de usucapião passaria para a Vara de Sucessões (a transferência do acervo aconteceu em junho e julho/2009).

Resolução 47/2008 - "Art. 2º O Juiz de Direito da Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital terá competência para: [...] III - as matérias tratadas: a) no art. 95 da Lei n. 5.624/1979;"

Lei n. 5.624/1979 - "Art.95. Compete ao juiz de direito, em matéria de registros públicos: I – processar e julgar: [...] c) ações de usucapião, exceto as em que a União, o Estado e os Municípios manifestar interesse."

Resolução TJ n. 21/2015: "RESOLVE: Art. 1º Atribuir à 4ª e à 5ª Vara Cível da comarca da Capital, além das competências conferidas, a privativa para processar e julgar os conflitos decorrentes da Lei da Arbitragem (Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996). Art. 2º A distribuição de novos processos que tratam de conflitos decorrentes da Lei da Arbitragem será feita mediante compensação, ou seja, para cada feito dessa matéria distribuído à 4ª e à 5ª Vara Cível da comarca da Capital, um processo cível (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979) será distribuído, por sorteio, a cada uma das demais varas cíveis do Foro Central da comarca da Capital (Fórum Desembargador Rid Silva). Art. 3º Revogar a Resolução TJ n. 17, de 5 de agosto de 2015".

Entrância: Especial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	7.503
1.1.2	Processos em andamento	7.503
1.1.3	Procedimentos em andamento	0
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência julho de 2016.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	4.147
1.2.2	Processos em andamento	4.147
1.2.3	Procedimentos em andamento	0
1.2.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência julho de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	2.053	631	2.684
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 19-8-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.249	104,08
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.393	116,08
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	834	139
1.4.4	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos e documentos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		1.716
	Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	67	
1.5.1.2	Ag. Audiência	3	
1.5.1.3	Ag. Digitalização	5	
1.5.1.4	Ag. Encerramento do Ato	393	
1.5.1.5	Ag. Prazo	35	
1.5.1.6	BacenJud – Bloquear Valor	5	
1.5.1.7	BacenJud – Concluso Decisão	8	
1.5.1.8	Com Classe Alterada	2	
1.5.1.9	Concluso - Recurso	3	
1.5.1.10	Concluso - Urgente	9	
1.5.1.11	Concluso para Decisão Interlocutória	151	
1.5.1.12	Concluso para Despacho	67	
1.5.1.13	Concluso para Despacho – Emenda da Inicial	1	
1.5.1.14	Concluso para Despacho Inicial	4	
1.5.1.15	Concluso para Despacho Saneador	54	
1.5.1.16	Concluso para Julgamento Antecipado	19	
1.5.1.17	Concluso para Sentença	74	
1.5.1.18	Concluso 1	79	
1.5.1.19	Concluso 10	55	
1.5.1.20	Concluso 2	2	
1.5.1.21	Concluso 3	9	
1.5.1.22	Concluso 4	22	
1.5.1.23	Concluso 5	23	
1.5.1.24	Concluso 6	184	
1.5.1.25	Concluso 7	65	
1.5.1.26	Concluso 8	133	
1.5.1.27	Concluso 9	73	
1.5.1.28	Cumprir Audiência	2	
1.5.1.29	Excepcional	107	
1.5.1.30	Recebido Contadoria	1	
1.5.1.31	Recebido Distribuição	5	
1.5.1.32	Recebido do Juiz	4	
1.5.1.33	Recebido do Juiz- Decisão	13	
1.5.1.34	Recebido do Juiz - Despacho	20	
1.5.1.35	Recebido do Juiz - Sentença	13	
1.5.1.36	Redistribuído/Transferido	3	
1.5.1.37	Criminal – Genérico – Processo		
1.5.1.38	Excepcional	1	
1.5.1.39	Família – Processo		
1.5.1.40	Excepcional	1	
1.5.1.41	Processo Físico – Processo		
1.5.1.42	Ag. Impressão - Vara	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.5.1.43	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 19-8-2016. Em análise das filas de trabalho constatou-se a existência dos processos 0000668-35.1995.8.24.0023 e 0039568-23.2014.8.4.0023, respectivamente, nos fluxos "Criminal-Genérico" e "Família-Processo", sendo que esses fluxos não são de competência da unidade.</p> <p>b) Na data de 19-8-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 303 processos na fila. Destes, 248 encontram-se no subfluxo "Cível – Genérico" e o mais antigo data de 15-6-2015; 52 encontram-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção I" e o mais antigo data de 27-6-2016 e 1 encontra-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção III" e data de 15-8-2016. Ainda, verificou-se a existência dos processos 0002933-73.1996.8.24.0023 e 0034332-90.2014.8.24.0023, respectivamente, nos fluxos "Criminal – Genérico" e "Família – Processo", sendo que esses fluxos não são de competência da unidade.</p> <p>b.2) Cumprir – urgente: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 13-6-2016. Concluso – urgente: existem 36 processos na fila. Destes, 24 encontram-se no subfluxo "Cível – Genérico" e o mais antigo data de 18-1-2016; 7 encontram-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção I" e o mais antigo data de 3-8-2016; 3 encontram-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção II" e o mais antigo data de 25-7-2016 e 2 encontram-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção III" e o mais antigo data de 25-7-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz: existem 3 processos na fila. O mais antigo data de 18-2-2016. Recebido do Juiz – Despacho: existem 187 processos na fila. O mais antigo data de 14-6-2013. Recebido do Juiz – Decisão: existem 65 processos na fila. O mais antigo data de 26-9-2013. Recebido do Juiz – Sentença: existem 43 processos na fila. O mais antigo data de 14-10-2015.</p> <p>b.4) Escrivão: existe 1 processo na fila e data de 4-7-2016.</p> <p>b.5) Ag. Audiência: constatou-se a existência de 6 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência. Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 2 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0313870-39.2014.8.24.0023, 1018325-40.2013.8.24.0023, 1017696-66.2013.8.24.0023, 0325866-97.2015.8.24.0023, 0307119-02.2015.8.24.0023), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNGCJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0321697-04.2014.8.24.0023, 0808494-49.2013.8.24.0023, 0873884-63.2013.8.24.0023, 0328550-29.2014.8.24.0023, 0009215-10.2008.8.24.0023), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão. Fila Petição intermediária</p> <p>b.8) Ag. Análise – Juntada Automática: existem 123 petições pendentes de análise e andamento. Destas, 107 encontram-se no subfluxo "Cível – Genérico" e a mais antiga data de 23-7-2016; 16 encontram-se nos subfluxos "DTR – Execução – Seção I" e "DTR – Execução – Seção II" e, respectivamente, a mais antiga data de 11-8-2016 e 19-8-2016. Ainda, constatou-se a existência da petição vinculada ao processo 0002933-73.1996.8.24.0023 no fluxo "Criminal-Genérico", sendo que esse fluxo não é de competência da unidade.</p> <p>b.9) Ag. Análise – Petições Diversas: existem 100 petições pendentes de juntada e andamento. Destas, 83 encontram-se no subfluxo "Cível-Genérico" e a mais antiga data de 14-5-2014, sendo a única do ano de 2014, as demais são de 2016 e 17 encontram-se no subfluxo "DTR – Execução – Seção I" e a mais antiga data de 6-8-2016.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	1.782	1.524
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.	23,83%	20,31%
1.6.1.2	Observações		
	a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro. b) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). c) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fls. 9-10). d) Segunda verificação: mês de referência julho de 2016 (fls. 46-47).		

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	916	126
1.6.4	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	38	39
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.	480	754
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.	Não se aplica	Não se aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.	Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações		
	a) Primeira verificação em 10-5-2016 (fls. 11-24). a.1) Itens 1.6.2 a 1.6.4: o relatório não deve trazer registro. a.2) Item 1.6.5: dados do mês de dezembro de 2016, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 19-8-2016 (fls. 76-94). b.1) Itens 1.6.2 a 1.6.4: o relatório não deve trazer registro. b.2) Item 1.6.5: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-4-2016)	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária	2.056	738
	Peticionamento eletrônico	331	126
	Mandados	8	4
	AR	186	163
1.6.9.1	Observações		
a) Padrão de conformidade: o relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes. b) Primeira verificação em 10-5-2016 (fl. 26). c) Segunda verificação em 19-8-2016 (fl. 67).			

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	35	27
1.6.10.1	Observações			
a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros. a) Primeira verificação em 10-5-2016 (fls. 27-28). b) Segunda verificação em 19-8-2016 (fls. 68-69).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Contadoria	14	0	87	0
1.6.11.2	Ministério Público	2	0	1	0
1.6.11.3	Observações				
a) Primeira verificação em 10-5-2016 (fl. 29). b) Segunda verificação em 19-8-2016 (fl. 70).					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	1.320		812	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juíza titular Daniela Vieira Soares	476	177	460	140
1.6.12.2	Juíza Ana Paula Amaro da Silveira	524	501	104	104
1.6.12.3	Juíza Andresa Bernardo	11	11	2	2
1.6.12.4	Juiz Fernando de Castro Faria	13	11	0	0
1.6.12.5	Juíza Lucilene dos Santos	4	4	1	1
1.6.12.6	Juiz Rudson Marcos	5	5	0	0
1.6.12.7	Juiz Giuliano Ziembowicz			64	0
1.6.12.8	Contadoria	12	1	47	0
1.6.12.9	Distribuição	3	3	1	1
1.6.12.10	Ministério Público	2	0	2	0
1.6.12.11	Protocolo	12	0	7	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.12	Advogado	191	78	104	14
1.6.12.13	Leiloeiro	1	0	0	0
1.6.12.14	Perito	66	50	20	1
1.6.12.15	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência abril de 2016 (fl. 30).				
	b) Segunda verificação: mês de referência julho de 2016 (fl. 71). O juiz Giuliano Ziembowicz está cooperando com a 5ª Vara Cível, conforme Portaria GP n. 415, de 29 de junho de 2016.				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	1	1	1	1
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	122	77	114	73
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	53	12	34	9
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	22	2	13	13
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	13	8	239	11
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	17	4	34	10
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	710	264	495	236
1.6.13.8	Cartório – arquivar	7	5	35	32
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	4	2	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	61	39	124	27
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	3	2	2	2
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	0	0	0	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	38	10	78	54
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	1	1	0	0
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	1	1	12	1
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	48	8	25	6
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	20	4	10	2
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	18	10	14	2
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	711	419	697	315
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	58	49	34	32
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				
a) Primeira verificação em 10-5-2016 (fls. 31-33). b) Segunda verificação em 19-8-2016 (fls. 72-75). c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".					



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros	Não se aplica	Não se aplica
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.7.8	Observações		
Não se aplica em face a competência da unidade.			
1.7.9	Réu preso provisório	Não se aplica	Não se aplica
	Réu preso definitivo	Não se aplica	Não se aplica
	Total	Não se aplica	Não se aplica
1.7.9.1	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).	Não se aplica	Não se aplica
1.7.13	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador		Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA		Não se aplica	Não se aplica
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI		Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP		Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI		Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações			

Não se aplica em face da competência da unidade.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja – Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 05 de setembro de 2016.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio
Assessora Correicional - Mat. 22.690